

ANTÓNIO SÉRGIO

OBRAS COMPLETAS

ENSAIOS

Tomo II

Clássicos Sá da Costa



Volumes publicados

ANTÓNIO SÉRGIO

Obras Completas

Ensaaios — oito tomos

Breve Interpretação da História de Portugal
Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal
Democracia

DESCARTES

Discurso do Método . As Paixões da Alma

HOMERO

Odisseia

SÓFOCLES

Tragédias do Ciclo Troiano

ANTERO DE QUENTAL

Obra Completa

Prosas da Época de Coimbra

FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA

Obras Completas

Volume I

Volume II



CLÁSSICOS SÁ DA COSTA

Nova série

[I]

O REINO CADAVEROSO

OU

O PROBLEMA DA CULTURA
EM PORTUGAL

Aos futuros investigadores portugueses, que radicarão no
País a verdadeira cultura [—a disciplina crítica —] e aos
meus amigos da Faculdade de Medicina de Lisboa e do
Instituto Câmara Pestana

O fatal século de Seiscentos, em que parece que neste reino, houve a invasão da Estupidez, bem como agora houve a invasão dos Franceses...

JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores sucede (na Península Ibérica) a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos académicos, dos imitadores!...

ANTERO DE QUENTAL

A peine aujourd'hui nous est-il permis d'exprimer et d'apprécier le suc des doctrines qui fleurirent au xvii siècle.

DUHEM

[Nous ne faisons aucun fondement sur les autorités; quand nous citons les auteurs, nous citons leurs démonstrations, et non pas leurs noms.

PASCAL]

[A América faz hoje duzentos anos não estava tão longe do mundo como nós estamos. — O nome, que não sem razão nos chamam, de *cafres* da Europa...

ANTÓNIO VIEIRA]

[Tempo de trevas e ignorância (o século xvii português).

CUNHA BROCHADO]

O problema da cultura, o problema da mentalidade: este é, se me não engano, o problema característico do Portugal moderno, e o mais grave dos problemas da sociedade portuguesa. Com efeito, se olharmos o nosso passado, ver-se-á que até o fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, a mentalidade² dos povos cultos; então, pode-se dizer que ele está na Europa, e a muitos respeitos na vanguarda dela; mas depois... Depois, desde essa data, o facho apaga-se; e o que se vê posteriormente é o estacar (o cair de golpe) desse Portugal do Renascimento. O espírito português do Quinhentismo — foi promessa que se não cumpriu. Dá-nos a impressão de um adolescente, talentoso e prometedor, a quem uma doença do sistema nervoso viesse arrancar súbitamente os dotes físicos e mentais. Passa-se do Reino da Inteligência — para o Reino da Estupidez; e enquanto a França, a Suíça, a Itália, a Holanda, a Alemanha, a Inglaterra, fazem ampliar no século XVII as conquistas do Renascimento, com um grande esplendor de sol meridiano (o passo mais decisivo, decerto, de toda a história do pensar humano), nós regressamos à Idade Média [no que respeita à faina da investigação científica, da busca³ da inteligência do Universo]. Assim, pode dizer-se resumidamente, no ponto de vista intelectual, que a história do País no Seiscentismo é o espectáculo do estiolamento da mentalidade portuguesa; e que a sua história no século XVIII, e que a sua história no século XIX, é a das goradas tentativas para nos repararmos desse grande mal. Depois dos dias do Quinhentismo, o que se chama espírito moderno nunca mais vigorou na nossa terra, — se bem que brilhasse, por vezes, em alguns portugueses excepcionais, que se cultivaram no estrangeiro, que se não entenderam com os seus patrícios, e que combateram sem resultado a mentalidade do seu país. Para Ribeiro Sanches, no sé-

culo xviii, Portugal é o «Reino Cadaveroso»; e um satírico inteligente chama-nos «o Reino da Estupidez».

E agora? Agora, no século xx? Agora, — estamos na mesma. Relativamente, no mesmo estado. Não nos iluda a existência de portugueses excepcionais, que se educaram nos laboratórios e nas leituras dos estrangeiros. A cultura autêntica, a cultura crítica, não impera ainda em Portugal. Somos o «Reino Cadaveroso»; somos o «Reino da Estupidez». Não digo isto para desanimar: bem ao contrário: pois nesta mesma cidade em que estou falando*, e nos próprios campos onde aloura o trigo, se pressente já um arrebol. [Vingará? Não sei.] Portugal, por enquanto, é ainda o Reino da Estupidez: mas espero para breve (e para muito breve) a aurora do dia em que o não será.

Não buscarei, neste momento, quais fossem as causas verdadeiras dessa morte do espírito crítico, mal despontou no nosso país: desejo tão-só nesta palestra (e valendo-me da ideia, bem necessária, de que a vossa paciência é infinita) lembrar em resumo e superficialmente a história curta do seu nascer, da sua morte, e dalguns tentames de o ressuscitar.

O espírito da Idade Média, quando comparado com o moderno espírito, pode-se esboçar ⁴ do seguinte modo: apego ao Dogma e à Autoridade, e portanto, como é óbvio, — limitação do espírito crítico, ausência do método experimental. Espírito crítico, [aplicação da Matemática,] método experimental, por seu turno, são os caracteres do moderno intellecto ⁵, — digo da mentalidade audaciosa que no século xvi desabrochou, para no xvii se firmar: um século de luz para a restante Europa (o maior século de luz para a restante Europa), e um século de treva para Portugal.

* Coimbra.

Houve na Idade Média, como sabeis, um labor intenso e pertinaz: o da Escolástica; mas foi uma faina, por assim dizer, em vaso fechado: foi um comentário que não tinha fim, muito paciente e muito subtil, de concepções tomadas como definitivas e que se não podiam pôr em dúvida. Não falemos na religião, porque não é preciso: tratemos do estudo das coisas físicas, falemos nas ciências naturais. Estas, como se sabe, foram tomadas pela Escolástica como constituídas definitivamente pelas especulações aristotélicas. Em Aristóteles, segundo os Escolásticos, estava tudo: nada que investigar ou que discutir: só havia que comentar. Na Ciência da Natureza (a qual, para abreviar, designarei por «Física») as especulações aristotélicas foram tidas pela Idade Média como uma coisa tão dogmática, perfeita, indiscutível, como a Bíblia nas questões de fé; e para que esses textos aristotélicos se conciliassem completamente com as hipóteses transcendentes, ditadas pela teologia⁶, foi necessário mumificá-los, cortando a possibilidade, pois, de qualquer progresso⁷. [(O grave da ocorrência, quero advertir, não era que a autoridade fosse uma⁸ ou outra: era que houvesse uma autoridade qualquer.)] Aristóteles fazia corpo, desta maneira, com a dogmática do Cristianismo, e divergir dele em um ponto de Física (tal como a Escolástica o entendia) era tão herético e imperdoável como negar o próprio Deus. Em suma: tomava-se Aristóteles como divino, inquestionável, onde ele é nulo: no sistema científico da sua obra, na sua Física qualitativa, — a qual afastava, como sabeis, a concepção mecânica da Física, quantitativa e matemática, a única fecunda e de futuro⁹ [, a única que permite a verificação rigorosa. E o mesmo sucedia para com outros autores]. O espírito crítico e investigador, e os métodos portanto do experimentalismo, estavam excluídos por definição.

Assim, toda a vida intelectual [desse tempo], no que toca ao estudo do mundo físico¹⁰, ficou reduzida a comentários. Comentar livros¹¹ da Antiguidade; comentar, subtilizar, reco-

¹². Era um sonho de subtilezas formais, um jogo verbal de ilusões aéreas. Esmoía-se sempre um eterno cibo, de nulo valor alimentar; ia-se percorrendo um eterno círculo, como o cavaleiro no redondel. Eis a coruja de Minerva crucificada num madeiro... E depois? Como se saiu desta prisão?

Quando nos amarram bem amarrados, só pode salvar-nos uma força *externa*: e isso foi o que sucedeu. Deu-se uma intervenção objectiva, que arrastou os espíritos a sair do dogma, e a saltar dos textos para o mundo real.

Na Antiguidade, o desenvolvimento da indústria e do comércio [longínquo, a comunicação com homens de costumes diversos,] havia compelido a cidade de Atenas às revoluções intelectuais: a revolução dos sofistas, a revolução de ¹³ Sócrates; agora, análogamente, o desenvolvimento da sua indústria, a expansão do seu comércio, levaram a Europa do Renascimento à transformação da mentalidade. Dois povos (o italiano e o nosso) se viram à testa da revolução. A faina industrial e o comércio marítimo impeliram à revolução o Italiano; e foram as navegações e os descobrimentos (filhos de necessidades comerciais) que iniciaram na nova atitude a mentalidade do Português.

A ciência mecânica da natureza, pois, saiu da indústria florescente das cidades italianas, que buscavam exceder-se umas às outras nas actividades da fabricação, no achado de processos e de máquinas novas. O uso das forças da natureza levou ao sistématico conhecimento das suas maneiras de actuar, obrigando ¹⁴ os espíritos reflexivos à investigação das suas leis. Abra-se, por exemplo, uma das obras de Galileu, o primeiro dos seus *Discursos e Demonstrações Matemáticas sobre Duas Ciências Novas*, e ver-se-á que na boca de Salviati (a principal personagem do diálogo, — pois é um diálogo) põe o fundador da ciência moderna as seguintes palavras proemiais:

«Largo campo de filosofar me parece que subministra aos intellectos especulativos a prática frequente do vosso famoso arsenal,

Senhores Venezianos; e em particular naquela parte que tem o nome de mecânica; pois numerosos artifícios empregam aqui continuamente máquinas e instrumentos novos»;

e a estas considerações responde Sagredo, outra personagem do diálogo:

«Vossa Senhoria não se engana; e eu, sendo curioso de meu natural, visito com frequência este lugar, conversando assiduamente com os que nós, por certa preeminência de que gozam sobre os outros oficiais, chamamos os *protos*; a conversação dos quais me tem ajudado muitas vezes na pesquisa da razão de efeitos não somente maravilhosos, mas recônditos ainda e quase inopináveis.»*

Assim sucedeu. Assim se criou nos Italianos a mentalidade do homem moderno. Mas foi necessária aos seus fundadores uma luta tenaz e violentíssima, como é de prever, contra a [tirania da] Autoridade[, que era neste caso a] de Aristóteles; luta a favor da criação sem peias¹⁵, da liberdade de investigação [da Físis], dos processos [críticos e] experimentais. Resistiram com ferro e fogo as gentes¹⁶ fanáticas da Autoridade¹⁷; e libertar-se do escolasticismo foi o problema que então se impôs. Todos os campeões do novo método insistem na necessidade fundamental de se investigar com espírito livre: «animus liber», no dizer de Kepler; «ingegno libero» no de Galileu. Diz Joaquim Rhético, o primeiro discípulo que Copérnico teve, aludindo às relações do seu grande mestre com os astrónomos da velha escola: «Quem quer fazer investigações deve possuir espírito¹⁸ livre». Isto, que nos parece hoje coisa tão simples, — era uma audácia descomunal.

Foi Bacon de Verulano aquele que escreveu, por assim dizer, o rubro manifesto deste novo espírito; mas foram Galileu e

* *Le Opere di Galileo Galilei*, Edizione Nazionale, Firenze, 1898, vol. VIII, p. 49.

Leonardo da Vinci que concretamente o instituíram, como processo nítido de investigação. O que nos manuscritos de Leonardo da Vinci interessa sobretudo os homens de hoje, — é, por um lado, a ideia da importância essencial do novo método experimentalista, e do correlativo espírito crítico; e, por outro, a de que sem a aplicação da Matemática à Física não há ciência física que se tome a sério. [«Nessuna umana investigazione si può dimandare vera scienza s'essa non passa per le matematiche dimostrazione... Nessuna certezza è dove non si può applicare una delle scienze matematiche, over che non sono unite con esse matematiche!»] A Física, pois, ou é Física *quantitativa* (o contrário da de Aristóteles), ou não é nada. Galileu, por seu turno, o mais completo dos criadores da nossa moderna mentalidade, não só instituiu este novo método ao criar¹⁹ os princípios da moderna mecânica²⁰, como formulou a marcha lógica da investigação experimental, muito melhor do que fez Bacon. Descobre-se (diz ele) imaginando certas hipóteses sugeridas pelas experiências, e mostrando depois, por dedução, que as hipóteses imaginadas concordam com outras experiências. O método analítico, ou regressivo] (a que chama «método resolutivo»), e o método sintético, ou progressivo²¹ (a que chama «método compositivo»), completam-se pois reciprocamente.

É a propósito da astronomia, como se sabe, que a luta de Galileu com os Peripatéticos atinge os domínios da musa trágica. Ainda aqui, foi a experiência que decidiu o sábio. Kepler, nos seus trabalhos, abordara o problema dedutivamente; foi indutivamente que Galileu o tratou. Depois, tão-só, de construído o seu telescópio, e de descobertos com ele os satélites de Júpiter, é que se decidiu às declaradas pelo sistema de Copérnico, — que punha o Sol, e não a Terra, no centro do sistema a que pertencemos.

Negavam-se os Peripatéticos a observar pelo telescópio, para não verificarem por meio dele variações do firmamento, inteiramente incompatíveis com as concepções aristotélicas. Submetido

Galileu à Inquisição, condenaram-no à pena de calar a Verdade, — a verdade pura, demonstrável e demonstrada... «Deus é Espírito», diz o Evangelho, «é necessário que aqueles que O adoram O adorem em Espírito e em Verdade»... A alma de Cristo, porém, jazia sepultada pela própria Igreja, e era aos mártires da Inquisição que cumpria a tarefa de a ressuscitar:

logo em seguida
disseram que era um deus... e amortalharam-me!*

Mas não nos alonguemos nesta cena lúgubre, e vamos observar em relance breve aquilo que se passava em Portugal.

O papel libertador que teve na Itália, como já vimos, a actividade mecânica industrial, teve-o entre nós a Navegação [, que a países exóticos nos fez abordar]. Ela nos forçou ao exame directo dos fenómenos da natureza. As necessidades da pilotagem nos conduzem ao estudo das matemáticas, que aqui culminam com Pedro Nunes; e a visão assídua de espectáculos novos — de novas terras, de novos mares, de climas novos e de estrelas novas — mostrava aos Portugueses a cada passo os erros enormes das Autoridades, a cujas afirmações se prestara fé como a revelações do próprio Deus.

Em casos de simples observação [da Físis], na mera descrição dos objectos de estudo, — dos minerais, dos vegetais, dos animais, das suas origens e propriedades, — e tratando-se de coisas dos nossos climas (coisas familiares, por isso, ao espírito dos seus autores), eram os textos da Antiguidade suficientemente verdadeiros; ao descreverem, porém, os produtos das regiões longínquas²², as cincas dos textos acumulavam-se, — conspícuas, rotundas, [descomunais,] imediatamente verificáveis para quem pudesse conhecer as coisas por sua directa observação. Ora, essa visão da realidade exótica puderam tê-la os nossos

* Antero de Quental, *Palavras de Um Certo Morto*.

avós nas suas grandes navegações; notaram os enganos das Autoridades (pírfanas e eclesiásticas), e perderam portanto perante os textos a attitude da superstição. Eram as flâmulas do Espírito Crítico que nos vinham sopradas dos mares longínquos, e içadas nos topos das nossas naus.

Discussindo ideias das Autoridades que a experiência das Navegações mostrara falsas, diz Duarte Pacheco no seu *Esmeraldo*: «a experiência, que é madre das coisas, nos desengana, e de toda a dúvida nos tira»; e adiante exclama: «a experiência é madre das coisas, e por ela soubemos radicalmente a verdade». «A experiência nos tem ensinado», acrescenta ele; «a experiência nos faz viver sem engano das abusões e fábulas que alguns dos antigos cosmógrafos escreveram acerca da descrição da terra e do mar... que a melhor parte do saber de tantas regiões e províncias ficou para nós, e nós lhe levámos a virgindade... e nestas coisas a nossa nação dos Portugueses precedeu todolos antigos e modernos em tanta quantidade, que sem repreensão podemos dizer que eles, em nosso respeito, não souberam nada.» Vede que belas, que triunfantes, que sublimes palavras as deste herói; e como tais palavras, para os homens de hoje, significam uma coisa muito²³ mais grandiosa, muito²⁴ mais amada, que a vitória do seu autor na defesa dos Passos de Cambalão. «A experiência é madre das coisas, e por ela soubemos radicalmente a verdade»; sim, meus senhores: fixemos na memória esta frase de oiro, esta frase aural que resume um século — já pelo caminho que ela traça ao espírito, [e] já (mais ainda²⁵) pela *attitude crítica* em que se gerou: «a experiência é madre das coisas, e por ela soubemos radicalmente a verdade». Com a audácia própria de um verdadeiro herói, nela se exprime concisamente o *fiat* augusto de uma revolução. A verdade, para o escol lusíada²⁶ daquela época, já se não busca radicalmente pelo estudo comentado dos autores antigos: vai procurar-se na investigação do real; pede-se agora à experiência das coisas, bem interpretada pelo entendimento, com ânimo isento de sujeições. O autor de frases tão decisivas, de tanta

energia em potencial, é assim um homem representativo do Portugal soberbo que alvorece então, — flor de pensamento que não chegou ao fruto, prenúncio do Portugal que deveria ²⁷ ter sido, esperança sublime que se estiolou!

Galileu, para com a modéstia e a cautela precisas poder dar ideia deste novo espírito, e para o pôr em contraste com o da Idade Média, — escreveu em diálogo. Uma das personagens do diálogo sobre os sistemas astronómicos, Sagredo, exprime as audácias da nova atitude; outra, mais circumspecta (a que deu o nome de Silviano), tempera as coisas prudentemente e serve de escudo ao seu autor; uma terceira, Simplicio, representa os pedantes peripatéticos, os comentadores de medieval atitude ²⁸. Ora, o mesmo artifício, e para fins idênticos, usou entre nós [o] Garcia de ²⁹ Orta [(que depois de falecido, como sabeis, veio a ser condenado pela Inquisição de Goa)].

Em Orta achamos o fenómeno típico da nossa mentalidade do Quinhentismo, que em Duarte Pacheco observámos já. Chegado ao Oriente, pôde comparar as drogas exóticas, que seus olhos viam, com as descrições das Autoridades: e então a experiência, «madre das coisas», mostra-lhe que os textos também erravam: e cai o critério da Autoridade, base incontestada da sabedoria medievla ³⁰.

As principais personagens dos seus *Colóquios* são o Doutor Ruano e o Doutor Orta. O Doutor Ruano é o homem dos textos, autoritarista ³¹ e comentarista (correspondente, por esse facto, ao Simplicio de Galileu). Sabe de cor as Autoridades: o seu Dioscórides, o seu Plínio... O Doutor Orta, por outro lado, é o navegante e quinhentista, que opõe às Autoridades um simples *vi*: «vi, claramente visto», como diz Camões,

No «Colóquio do benjoim», por exemplo, Ruano opõe uma objecção, derivada das Autoridades; e Orta responde:

— «Não me ponhais medo com Dioscórides nem Galeno: porque não hei-de dizer senão a verdade, e o que sei»...

No «Colóquio da pimenta», o Doutor Ruano, assustado, pretende salvar a intangibilidade dos textos, observando:

— «Parece-me que destruí todos os escritores, antigos e modernos! Por isso, — olhai o que fazeis!»; e passa a emendar os dizeres de Plínio, de Dioscórides, e de muitos mais. O Doutor Orta, obtido esse efeito, não diz que sim nem que não (quem cala consente...) e limita-se a seguir como se nada fosse, e a contar o que *vira* no Malabar, — coisas que, divergindo dos textos das Autoridades, ele as sabia (palavras suas) «muito bem *tende* sabidas, como testemunha de vista».

É este o momento da maior altura na vida mental do nosso país. Estamos no seu máximo de esplendor, no solstício estival da sua marcha. Não sòmente [o] Garcia de ³² Orta nos aparece aqui na attitude crítica, mas até nos diz explicitamente o valor que dava à observação, e os efeitos mentais que cumpria adcrever ³³ aos [novos] descobrimentos dos Portugueses. Repetindo, sem o saber, Duarte Pacheco, a certa altura exclama ele: «sabe-se mais em um dia agora pelos Portugueses do que se sabia em cem anos pelos Romanos», — quer dizer: mais em um dia de investigação directa, livre, que em cem anos de leitura ³⁴ das Autoridades; e quando Ruano, no «Colóquio da maçã», adverte que Serápio citara os Gregos a propósito da noz-moscada, vemos o Doutor Orta responder-lhe:

— «Fez isso porque havia medo de dizer coisa contra os Gregos; e não vos maravilheis disto: que eu, estando em Espanha, não ousaria de dizer coisa alguma contra Galeno e contra os Gregos».

Eis uma ideia ³⁵ fundamental — as Navegações, como aqui se vê, criaram em nós a attitude crítica, a attitude da independência em relação aos textos³⁵. Mais ainda: criaram em nós a consciência perfeita desse grande resultado das Navegações: «que eu, *estando em Espanha*, não ousaria de dizer coisa alguma contra Galeno e contra os Gregos». O nosso botânico ³⁶, se não tem saído do ambiente europeu (ele o confessa), não teria ousado

desenvencilhar-se da superstição das Autoridades: e, como os outros, seria um simples comentador. [Corresponde esta frase de Garcia de Orta, no domínio da observação do mundo físico ³⁷, à seguinte de Descartes para a especulação filosófica: «Je pris un jour la résolution d'étudier en moi-même et d'employer toutes les forces de mon esprit à choisir les chemins que je devais suivre, ce qui me réussit beaucoup mieux, ce me semble, que si je ne me fusse jamais éloigné, ni de mon pays, ni de mes livres»]. Por aquelas ³⁸ frases emancipadoras, não é o livro de Garcia de ³⁹ Orta sòmente um livro de materiais de estudo (como, por exemplo, aqueles que versaram os idiomas exóticos no século xvii português): que o que importa não é a sabença ⁴⁰, mas o contributo da busca para a libertação do espírito ⁴¹; por aquelas frases, têm alcance filosófico os seus *Colóquios*; são um índice (modesto sim, mas um índice) de uma nova [atitude e] orientação do intellecto ⁴²; são um livro de «inquiridor de verdades», segundo a frase do mesmo Orta; um livro feito (empregando ainda palavras dele) para «desencovar a verdade não sabida de todos»: em suma, uma obra do espírito crítico; uma obra do Renascimento; uma obra da Revolução. [(Sessenta anos depois da publicação dos *Colóquios* ainda o *Parlement* proibia em França, e sob pena de morte, o enunciar ideias que fossem contrárias às proposições sustentadas por autores antigos.)]

Significado idêntico, para nós, têm as obras de D. João de Castro, de Duarte Barbosa, de Pedro Nunes; e significado idêntico, enfim, a de Camões.

Que é que faz, essencialmente, a superioridade da nossa epopeia sobre os poemas de Ariosto e Tasso, o *Orlando Furioso* e a *Jerusalém [Libertada]*? É o que vimos em Garcia de ⁴³ Orta, — de quem o épico foi amigo ⁴⁴ e a cujo nome anda ligado (simbólico facto!) pela *Ode ao Conde de Redondo*, que, tendo sido impressa nos *Colóquios*, é das poesias de Camões a que foi primeiro publicada. O que faz a superioridade do nosso ⁴⁵ Camões é a atitude crítica e experimental, a actividade efectiva ⁴⁶ de

pensamento a que levou ⁴⁷ a faina das Navegações. Os *Lusiadas* são o poema, por assim dizer, do alargamento da experiência humana, e por isso mesmo do exame das coisas, e até um desafio às Autoridades:

Vejam agora os sábios na escritura
que segredos são estes da natura!

Diante dos casos ⁴⁸ da natura [longínqua] que se foram ⁴⁹ descobrindo nas Navegações [portuguesas] (casos «duros de crer a quem não tem a prática destas coisas, como nós a temos», segundo as palavras de Duarte Pacheco) — os da «escritura» calam-se; e não é para eles, os comentadores, mas para a natura, que se voltam agora as admirações [dos homens]. Repetidas vezes no seu *Esmeraldo* escreve Duarte Pacheco estas palavras: «a majestade da grande natureza». E essa majestade (acrescenta ele) «usa de grande variedade em sua ordem, no criar e gerar das coisas». A natureza cria, a natureza gera[, é variiegada e riquíssima]; é a ela, agora, que se dá o título de majestade; e os «doutos varões» — os homens dos textos — trazem de cor as «razões subidas», os conceitos aristotélicos da metafísica escolástica, com que pretendem classificar ⁵⁰ e explicar tudo; não conhecem, porém, aquelas variedades da natureza, na nova terra e no novo céu; e eis que a experiência, madre das coisas (que nos desengana das Autoridades e toda a ⁵¹ dúvida nos tira), nos mostra o precário de tais razões:

Doutos varões darão razões subidas;
mas são as experiências mais provadas;
e portanto é melhor ter muito visto.

Coisas há hi que passam sem ser cridas
e coisas cridas há sem ser passadas...

[É esse sentimento da majestade da Físis, do seu poder autónomo, que justifica o maravilhoso pagão nos *Lusiadas*.]

«Vi», dizia Orta; «vi, claramente visto», diz Camões. Da autoridade para a visão com clareza passou o critério da posição verdadeira ⁵². [É só, por enquanto, a evidência sensível; mas ide por diante, prolongai o percurso, e chegareis à evidência intelectual de Descartes.] A experiência é madre das coisas, como Duarte Pacheco dissera já. Pela experiência, pois, «se esclarece o entendimento»: ela lhe dá o lastro e o repouso, a segurança e a base estável:

Destarte se esclarece o entendimento,
que experiências fazem repousado.

Eis, expressas pelo épico ⁵³, tendências para o humanismo ⁵⁴ crítico. Na vanguarda dos que o ⁵⁵ vão buscando — vêem-se as naus de Portugal^c.

Não era só, todavia, por estas descobertas no mundo físico que se ia iniciando no espírito crítico o homem europeu do Renascimento: era também pela literatura; e aqui uma pena sobreleva a todas, e rasga o caminho, e domina a Europa. Erasmo, natureza incapaz de paixões sectárias, e por isso inimiga dos dois fanatismos: o da grei católica e o dos protestantes ⁵⁶; com o seu bom senso e ironia clara combatendo os erros da sua época, os abusos dos príncipes e dos eclesiásticos, os males da ignorância e os da superstição; usando, finalmente, os novos processos da atitude crítica na própria leitura dos sagrados textos: Erasmo é o primeiro na moderna Europa dos grandes exemplares do humanismo crítico, aplicado às letras e à sociedade, aplicado à religião e à moral. [O equivalente dessa sua atitude encontramos-lo em Portugal num Damião de Góis ⁵⁷.]

Seria esse espírito, acaso, que viriam suscitar na nossa metrópole ⁵⁸ (assim realizando pela lição dos mestres uma reforma idêntica à que provocou, no campo científico ⁵⁹, a faina sublime das Navegações) os homens que chamou D. João III para reformar os estudos conimbricenses ⁶⁰? Pode ser que sim ⁶¹. Mas já rebentara entre os dois fanatismos essa luta estoíra que alan-

ceava Erasmo: e aí naufragou, como sabeis, o intelecto português do Renascimento. Acabou-se a viagem nos mares do Espírito: pobres das naus das Navegações!, pobres das velas de Portugal! Atentai aqui, e fixai-vos bem: e que as misérrimas, os estertores, as mortes, e que os próprios gritos alucinados da *História Trágico-Marítima*, e aquelas carenas que as ondas partem já cerca dos rochedos⁶² do «*grande Cabo*», debaixo do negrume dos céus em fúria, — nos dêem o símbolo admo-tório dessoutro naufrágio bem mais funesto: o da nau da Inteligência que buscava a aurora, o da mentalidade crítica do Português. [Pois foi por faltas de inteligência que sofremos os naufrágios e as perdições, na insensatez albuquerquiana que nos transviou.]

E depois? Que sucedeu?

Depois, surge o século xvii — o da batalha decisiva entre o homem do Espírito Crítico e o homem da Idade Média; entre a ideia do livre exame e a ideia da autoridade; [entre a inteligência concebida como íntimo dinamismo de relação e a inteligência concebida como árvore genealógica de palavras⁶³;] entre as obras dos criadores e as obras dos comentadores. Lá fora, pela Europa, vê-se a luminosa e triunfante ofensiva⁶⁴ do espírito crítico e experimental. É o século de Descartes, de Espinosa, de Hobbes, de Malebranche, de Locke, de Leibniz, de Gassendi, de Pascal, na filosofia; de Galileu, Torricelli, Kepler, [Cavalieri,] Boyle, Huygens, [Fermat, Roberval, Bertholin, Neper, Pecquet, Stemon,] Mariotte, De La Hire, [Rohault,] Amontons, Hoffmann, Crew, Cowper, Willis, Peyer, De Gräff, Leeuwenhoeck⁶⁵, Bernoulli, Viviani, Borelli, Cassini, Harvey, Borrow, Bellini, Pitcarnio e tantos outros, nas ciências físicas e matemáticas⁶⁶ ... Ora, — que há de comum a estes homens todos? Há a *atitude da investigação*⁶⁷; o serem anticomentadores; o serem antimedievais [, no sentido de antiautoritaristas].

Considere-se, por exemplo, o mais religioso de todos eles, e dos crentes mais fervidos que o mundo viu: Pascal. Que temos aí? Este princípio dominador: o dos direitos da ciência que se tomou fora da Autoridade, e ainda *contra* a Autoridade. No *Fragmento de Um Tratado do Vácuo*, Pascal combate o autoritarismo nos domínios do saber científico, e diz que a nós, aos homens modernos, compete a vantagem da ancianidade, e não aos antigos, porque dispomos, vindo mais tarde, de maior experiência acumulada que as gerações que nos precederam; no trecho do *espírito de geometria* vemo-lo impregnado de admissão pelo *Discurso do Método* de Descartes, verdadeira Bíblia do Espírito Crítico; depois, já no convento de Port-Royal, ei-lo a impugnar a autoridade do papa nos casos em que se trate de matérias de facto [e a responder a um seu impugnador escolástico: «Não fazemos fundamento sobre autoridades: quando citamos quaisquer autores, citamos as demonstrações deles, e não os seus nomes»]; e na décima oitava das *Provinciales*, em alusão ao caso de Galileu, proclama que se a Terra ⁶⁸ realmente gira — não há decretos que o possam obstar ⁶⁹ ...

Tal é, pois, o carácter desse grande século. Por toda parte, na Europa, vemos o triunfo ⁷⁰ do moderno espírito, do espírito crítico e experimentalista.

Por toda parte? Não digo bem. Menos aqui, na Península Ibérica ⁷¹; menos aqui, em Portugal. Aqui, é pouco dizermos que não teve sequência aquele despertar para a atitude crítica que surge nas obras de um Duarte Pacheco, de um Garcia de Orta ⁷², de um D. João de Castro, de um Pedro Nunes, [de um Damião de Góis,] de um [Luís de] Camões. É pouco dizer que não progredimos. Temos que confessar que viemos para trás; temos que declarar que tudo morreu. Nada passou do espírito científico para o século xvii na nossa terra ⁷³; pelo contrário: o século xvii, aqui, é peripatético e medieval, além de barroco; e se foram feitas com inteligência as navegações

de descobrimento, as navegações do comércio da Índia foram pura obra de estupidez].

E porquê? Seria acaso porque faltassem homens com a força de cérebro suficiente para seguirem o impulso do Quinhentismo? Inverosímil. A causa é outra, e temos de buscá-la a outra luz: à luz das fogueiras da Inquisição. Mas não basta, talvez, ficar por aí... Seja lá como for, o certo é que no fim desse mesmo século um português illustre que se cultivou lá fora — Duarte Ribeiro de Macedo — concorda com a marca de vitupério que nos punham a ferro os estrangeiros. «Índios da Europa» nos chamavam eles. Índios americanos, já se deixa ver: paraguaio, botocudos, tupinambás... E espanta-se o conde de Schomberg (o comandante das nossas tropas nas campanhas da Restauração) da enormidade da ignorância que veio encontrar em Portugal...

Sim: no século de Descartes e de Espinosa éramos uns índios tupinambás; nós, os Portugueses, de quem Duarte Pacheco proclamara: «nestas coisas, a nossa nação dos Portugueses precedeu todos os antigos e modernos, em tanta quantidade, que sem reprensão podemos dizer que eles, em nosso respeito, não souberam nada»; nós, que chegáramos ao lema do nosso herói: «a experiência é madre das coisas, e por ela soubemos radicalmente a verdade»!

A experiência! Pois não tomou Descartes como regra de estudo dar muito mais tempo, nos seus trabalhos, às investigações experimentais que àquelas de pura especulação? Assim se manifesta o seu novo espírito[, o qual fulgiu com maior brilho⁷⁴, ainda, na sua concepção das explicações matemáticas]. Mas se, na obra filosófica de Descartes, passarmos da ciência para a metafísica, veremos que nesta, se a forma da doutrina é já moderna, e o método de pensar revolucionário, — a matéria, essa, continua sendo medieval. O espírito moderno, na metafísica cartesiana, está só na análise donde partiu, e no facto de fundar a filosofia, — não em hipóteses. substâncias, ou quaisquer ideias alheias⁷⁵ ao espírito, — senão que no íntimo desse

próprio espírito: golpe formidável, arranque esplêndido, jacto que luziu para ficar eterno... Mas só aí. Do *cogito* salta Descartes para o Deus *transcendente*, [para a coisificação⁷⁶ escolástica do espiritual,] — não construindo, por isso, uma metafísica do labor⁷⁷ científico, adaptada à mentalidade de quem faz ciência — adaptada (digamos em símbolo) a quem faz obra de Navegação. Sòmente em Espinosa é que se nos entremostra⁷⁸ — com o Deus *imane*nte da sua *Ética* — uma metafísica adequada a um experimentalismo radical[, ao mesmo tempo que uma moral cristã, liberta do imagético do Testamento Antigo]. Eis uma metafísica que devia ser nossa, bem própria do povo das Navegações: daquela espécie, digo, a que devia chegar lógicamente, se o tivessem deixado numa rota livre e sem ventos contrários de qualquer dogmática, — o povo que afirmara com Duarte Pacheco «a majestade da grande natureza», a qual, na infinita variedade da sua ordem, gera a totalidade dos seres do mundo; o povo que resumira o seu próprio método dizendo da experiência que é madre das coisas, que por ela sabemos radicalmente a verdade. Sim, chegaria lá. Prolongai a ideia do nosso herói, entrando nos domínios da metafísica... Onde ireis dar? Se a verdade *radical*, meus senhores, está na experiência, — estará na raiz dessa mesma experiência o princípio da ascensão ao divino em nós⁷⁹... Pendões nos toques, e salvai à terra! Eis ancorada no seu destino a caravela das Navegações⁸⁰!

Mas não, não foi assim. O vento contrário soprou com fúria... Soprou, — e veio o naufrágio. Salvou-se um madeiro. Escavou-se o madeiro e deitou-se à água. E agora, em vez do galeão do humanismo crítico, temos uma piroga de tupinambás...

[Em 1668, desopressos da guerra com Castela, passámos a poder visitar a Europa com aquela calma indispensável às ocupações intellectuais. As perseguições do Santo Offício arrojavam de cá os melhores espíritos: e esses emigrados foram compondo,

pouco a pouco, a bela falange dos «estrangeirados», que, como um plenilúnio, iluminou esperançosamente, na segunda metade do século XVIII, a nossa noite intelectual.

Os estrangeirados, como sabeis, influíram no ânimo de D. João V [(ou dos seus conselheiros)], em cujo reinado se iniciou a batalha para nos fazer reentrar na Europa culta. Começou-se, como é de prever, pelas mais sensíveis necessidades práticas, e assim a reforma dos estudos médicos foi uma linha fundamental das tentativas de regeneração.]

Jacob de Castro, que estava em Londres, foi encarregado de estudar o problema. Consultados os sábios de Inglaterra, disseram que o que cumpria antes de tudo era modernizar a mentalidade, substituindo a mediéfica orientação das nossas classes preponderantes pelo espírito crítico e experimental; e, para isso, traduzir o *Novum Organum*, de Francisco Bacon. E era justo; tratava-se de destruir a peripatética, em que se reclusa o Português.

[Também por incumbência do Governo empreendeu ⁸¹ Verney o seu grande livro, o *Verdadeiro Método de Estudar* [(1747)], que ergueu a primeira das grandes polémicas, — ou, antes, o primeiro cume de uma só polémica que se prolonga há dois séculos no nosso país.]

Na história da cultura da nossa pátria, o nome de Verney é de primeira grandeza; e o *Verdadeiro Método*, por alguns ⁸² aspectos, a maior obra de pensamento que se escreveu em português ⁸³.

Verney, como sabem, saiu muito moço da nossa terra, e não voltou. Compõe-se o seu livro de dezasseis cartas, atochadas e substanciais, escritas por *um frade barbadinho* e supostamente endereçadas a um reverendo ⁸⁴ de bom juízo, doutor na Universidade. Tal como um jorro de luz intensa, entrando de súbito numa casa lóbrega, revelaram elas aos Portugueses o estado das doutrinas e o anseio de busca ⁸⁵ na Europa culta daquela

época, opondo-se à miséria caricata da mentalidade do ⁸⁶ nosso país.

[São um plano minucioso de reforma cultural.]

A melhor maneira, quanto a mim, de descrevermos a situação é ler-lhes da obra de Verney alguns dos passos significativos. É isso mesmo o que vou fazer.

Verifica Verney, em primeiro lugar, a ignorância do Português e o seu isolamento da Europa culta.

«Falei» — diz ele — «falei em certa cidade com um religioso, que viera instruir em Rilhafoles os ordinandos, e me disse que ficara pasmado de ver a ignorância destes países, principalmente dos clérigos, muitos dos quais, não obstante terem fama de doutos, necessitavam aprender os primeiros rudimentos da fé... *Nas Espanha, e mais principalmente em Portugal, vejo desprezar todos os estudos estrangeiros, e com tal empenho como se fossem maus costumes ou coisas muito nocivas*»⁸⁷. Lembro-me a este intento da história do espanhol de Amsterdão. Nela viviam em uma estalagem um espanhol e um cavalleiro florentino. Retirando-se este um dia a casa, perguntou ao espanhol que lhe parecia Amsterdão: a bellissima disposição da cidade no material e no formal; a liberdade do trato, contida dentro dos limites do justo, etc. Enfim, ia-lhe repetindo uma por uma todas as singularidades de Amsterdão, e sobre cada uma delas lhe perguntava o que lhe parecia. Mas o espanhol, abanando a cabeça, não lhe respondia palavra. Até que o florentino, enfadado, lhe disse:

— «Valha-me Deus! Só Você há-de ser singular neste mundo nos seus gostos, e só a um espanhol não há-de agradar uma cidade como Amsterdão, em que todos têm tanto que admirar?»

A isto respondeu o espanhol, mui lacónico:

— «Vaia, para pintada!»

Esta mesma resposta, com pouca diferença, me têm dado alguns em outras matérias. Quando se vêem obrigados, com exemplos, a reconhecer que os estrangeiros lhes levam considerável excesso, respondem, rindo, que assim é, mas sòmente em coisas inutilíssimas.»

Desta maneira descreve Verney a attitude do Português perante a Cultura, — «coisas inutilíssimas», a que aqui chamavam, segundo ele conta, «arengas supérfluas e ociosidades de

estrangeiros»... E o remédio? Ele mesmo o indica, como vou ler:

«Só acho vestígios de maior erudição» [em Portugal³³] «quando a este reino vinham ensinar os estrangeiros, ou quando os Portugueses iam aprender e ensinar fora dele. Pelo contrário, depois que se deixou este comércio literário vejo as coisas mui mudadas... Concedo que, se em Portugal se introduzissem outros estudos, com o andar do tempo fariam o mesmo que nos outros países; mas, como ainda estamos muito longe dessa época, não é maravilha que muitos vão estudar fora o que cá se não sabe. Prouvera a Deus que fossem muitos mais, e viessem introduzir esse bom gosto em Portugal!»

«Não é pequena prova de quanto alguns se enganam nesta matéria» — insiste Verney — «o testemunho de alguns portugueses mais advertidos que saíram de Portugal. Estes, quando se acham em um país estrangeiro, parece-lhes estar em um mundo novo; e, se acaso têm juízo, não deixam de mudar de opinião. Dom Luís da Cunha, que passou por estes lugares com louvor, e depois de longos ministérios se acha hoje embaixador em França, disse a um amigo meu que, quando saíra de Portugal e ouvira falar outra gente, o maior trabalho que tivera fora procurar esquecer-se de tudo o que tinha aprendido em Portugal, para poder entender as coisas bem e falar com propósito.»

Tal era o conselho de Luís Verney, igual ao que nos deram Jacob de Castro e os sábios ingleses que ele consultou: isto é (segundo as palavras do *Compêndio Histórico*), «que se mandassem estudantes fora do reino fazerem-se peritos nas mesmas ciências, para virem depois ensiná-las e propagá-las aos seus nacionais».

Mostra Verney qual era o estado de Portugal nos diferentes ramos dos conhecimentos, e como cumpria que nos reformássemos para nos podermos contar entre os povos cultos. Assim, pelo que respeita à teologia, diz o seguinte:

«Quanto à teologia deste reino, facilmente se reconhece que é mera escolástica, segundo o antigo estilo: pelo qual estão preocupados os professores, de sorte que não é fácil, não digo persuadir-lhe, mas nem menos dizer-lhe que há outra teologia mais útil neste mundo...

e o pior é que só estimam livros que embrulham o juízo... Tendo visto a necessidade da teologia dogmática, resta somente que eu aponte em breve o método dessa mesma teologia e o que deve fazer o estudante para sabê-la com perfeição. Para isto, deve o estudante notar que o século passado teve a felicidade de se livrar da ignorância em muitas coisas. A CRÍTICA, que então nasceu, — ou renasceu e se augmentou — abriu os olhos ao mundo literário para se adiantar nas ciências. Nesta era não basta que um homem afirme uma coisa: é necessário que a prove, e mostre que os monumentos de que tira as suas provas são livres de toda a corrupção. Antigamente citavam um trecho de Santo Agostinho e sem outro exame o admitiam; hoje não basta isto: a CRÍTICA dá um passo' adiante, e examina se o texto é verdadeiro ou suposto; e, admitido isso, examina qual foi o intento do Santo, com os socorros tirados da história... O novo método está hoje estabelecido em França, Germânia, Itália, etc.; mas observam os estrangeiros que semelhante método não passara dos Pirinéus a esta parte, principalmente para este reino, no qual ainda não amanheceu neste particular.»

Nos trechos de Verney que acabo de ler acentua-se um rasgo da cultura moderna, desconhecida em Portugal: a *disciplina crítica*⁸⁹; vejamo-lo acentuar este segundo: o *experimentalismo*[ou experimentação acompanhada do raciocínio matemático]. Diz assim:

«Destes dois princípios: ignorância e preocupação, nasceram aquelas infinitas arengas a que se chama filosofia neste país. Embebidos daqueles princípios, *não se querem abaixar às experiências*, acompanhadas do raciocínio. Todo o ponto está em fazerem disputas sobre as formas cadavéricas e a ordem transcendental entre Deus e as criaturas, com outras semelhantes ridicularias que descem daquelle primeiro e errado princípio: e com muito trabalho ficam ignorantes de Física. Tantos anos de disputas, tantas subtilidades, não deitam uma oitava de verdadeiro espírito filosófico, quero dizer, de um juízo prudente e *crítico*, capaz de fazer observações úteis e discorrer com fundamento sobre as causas de qualquer efeito natural. A três ou quatro palavras se reduz toda a sua filosofia natural. Pasma um homem de ver a facilidade com que explicam qualquer fenómeno que se offerece. Fala Vossa Paternidade do raio, e respondem-lhe que se compone de *matéria, forma e privação*: a matéria são os «vapores ígneos», nos quais se introduziu a «forma do fogo», que o fez romper para a

terra. Isto é quanto pode dizer, segundo os seus princípios, um Peripatético*. Diz a verdade: mas não chega a explicar que coisa é raio, nem nos faz a mercê de dizer por que razão a «forma do fogo», que em todos os indivíduos é a mesma, na chama suba para cima, e que raio caia para baixo. E que se chamem filósofos estes tais! *E que condenem os que observam miudamente a natureza!* Se a Física é o conhecimento da natureza, — quem mais observou a natureza com cursos aéreos? Tanto sabe um puro Peripatético dos efeitos naturais quanto sabe um cego de cores. Ambos falam do que não viram: o cego porque não tem olhos, o outro porque os não quer ter... Os seus tratados são disputas de nomes applicadas aos céus, meteoros, geração, etc. Estas matérias estudam eles pelo Suarez lusitano, ou pelo Comptono, ou Rhodes, ou coisa que o valha...; e, como estes livros são públicos, neles pode Vossa Paternidade informar-se da verdade do que digo. Estes bons religiosos passaram a vida no seu cubículo, escrevendo: e assim não podiam compor obras melhores do que aquelas por que se guiaram. Diga-me Vossa Paternidade quem ensinou filosofia natural ao Suarez, ou Comptono, ou Arriaga, ou aos outros que os seguiram? *Onde fixeram as experiências?* Que autores citam?... Neste particular, não há meio: quem recebe as experiências, e em virtude delas quer discorrer, — deve renunciar o Peripato; quem abraça o Peripato — deve renunciar as experiências. São coisas totalmente opostas: uma destrói a outra. Todos vêm subir a água na seringa; contudo, o Peripatético chama-lhe «medo do vácuo»; o moderno, «peso do ar». O que lhe chama medo do vácuo diz umas palavras que nada significam; porque, se Vossa Paternidade o aperta, e lhe mostra que aquele medo cessa a determinada altura (*verbi gratia*, 32 pés de água, ou 28 polegadas de azougue), pois de ali para cima, ainda que se retire o êmbolo, não sobe o líquido, — mostra-lhe evidentemente que não sabe o que diz.»

Por estes termos, concretamente, vai demonstrando Luís Verney o infinito ridículo do nosso estado, o [costume] caricato de alegarmos ainda, no século XVIII, as «razões subidas» dos «doutos varões», as quimeras verbais da ciência escolástica. Nada chegara a Portugal da grande novidade do século XVII, donde resultara a incompatibilidade do pensar aristotélico e

* São isto exemplos das «razões subidas» de que fala Camões, e a que nos referimos um pouco atrás.

do pensar científico: isto é, a criação de uma forma de conhecimento segundo a ordem do juízo, [da relação matemática, da experimentação decisória,] e não do conceito, ou da percepção. Ao mesmo tempo, busca Verney convencer-nos do que se sabia há muito tempo, quero eu dizer: que a Física é uma ciência experimental, e que exige a aplicação da Matemática. Assim, diz ele o seguinte:

«Refinando os homens os seus pensamentos, e achando que se não deve admitir nada sem prova, desprezaram todas as hipóteses e uniram-se à experiência e ao que dela se tira... põem-se os olhos na experiência, e procura-se tirar prova daquilo que se vê... Este é o sistema moderno: não ter sistema; e só assim é que se tem descoberto alguma verdade». Livre de paixão, cada filósofo propõe as suas razões sobre as coisas que observa: as que são claras e certas abraçam-se; as duvidosas, — ou se rejeitam, ou se recebem no grau de conjecturas enquanto não aparecem outras melhores: e assim é que se forma o corpo da doutrina. Estes Peripatéticos, quando ouvem dizer que um homem não tem sistema nem autor determinado a quem siga, fazem grande galhofa: mas nisto mesmo mostram não saberem que coisa é Física; porque, se o soubessem, deveriam estimar quem se vale do seu juízo e não quem o cativa*. O fim do físico é descobrir a verdadeira causa dos efeitos naturais; e, para conseguir este fim, não deve fazer caso do que dizem os outros, e sim do que mostra a experiência... A Física não recebeu aumento senão depois que a começaram a tratar os matemáticos... mas a maior parte dos professores deste reino consideram a Matemática como alheia à Física, e, quando ouvem falar em matemático, logo lhe perguntam se há-de chover ou fazer bom tempo... Eu já assisti a umas conclusões de Matemática em que, vendo-se o deficiente obrigado a mostrar o que dizia com uma figura, gritou o arguente: — ‘Que bicha-

* Comparar estes trechos de Verney com o seguinte de Malebranche: «Aristote... ne raisonne presque jamais que sur des idées confuses, que l'on reçoit par les sens, et que sur ces autres idées vagues, générales et indéterminées, qui ne représentent rien de particulier à l'esprit... Presque tous ses ouvrages, mais particulièrement ses huit livres de Physique, dont il y a autant de commentateurs différents qu'il y a de Régents en philosophie, ne sont qu'une pure logique. Il y parle beaucoup et il n'y dit rien» (*Recherche de la Vérité*, VI, 7). Como se sabe, os ataques de Malebranche a Aristóteles são frequentes.

roco é esse? Tire para lá isso! O auditório aplaudiu muito este dito; mas eu tive compaixão de uns e outros, tal é a ignorância destes países!»

Cito as palavras do autor do *Método*, porque creio ser este o melhor processo de dar a quem ouve uma ideia concreta da situação mental do nosso país, no tempo de Luís Verney. Depois disto, pelo que era a ciência e a filosofia, prevê-se o que a literatura poderia ser. A ciência, a filosofia, a crítica, fornecem à literatura o ambiente vital⁹⁰, o ar que respira e que lhe dá seu tom. Quando elas lhe faltam, limita-se o espírito do homem que escreve aos afãs mesquinhos dos artifícios do estilo[, ao simples pitoresco, às superficiais narrações]. Perde-se a intensidade do interesse humano; não há profundidade de emoção ou ideia; cai-se no bonito e no ornamental⁹¹. De aí a indigência do Seiscentismo, tão evidente e incontestável na *substância*⁹² da sua prosa, por mais que queiramos admirar em auge⁹³ as historietas pueris de [um] Manuel Bernardes e o conceptismo da parenética de⁹⁴ [um] António Vieira. Faltou a este⁹⁵, precisamente, para nos dar uma obra das que ferem fundo, das que têm garra, das que marcam almas, — um ambiente vital de inteligência crítica, uma séria cultura nacional. O homem é de génio: a obra, não. O indivíduo, aí, teve o estro: foi a nação que lhe faltou.

«Estão todos persuadidos» — diz Luís Verney, falando dos escritores do Seiscentismo e da primeira metade do seu próprio século —, «estão todos persuadidos [de] que a eloquência consiste na afectação e singularidade; e por esta regra, querendo ser eloquentes, procuram ser mui affectados nas palavras, mui singulares nas ideias, e mui fora de propósito nas aplicações... Não se acha mais que equívocos, palavras sem significado, pensamentos inverosímeis, encarecimentos inauditos: em uma palavra, uma língua nova, que serve para toda sorte de assuntos, sem distinção... Os seiscentistas são os que caíram nesta ridicularia... mas agora, que o mundo abriu os olhos e todos procuram explicar-se bem, não se pode sofrer: e vale o mesmo que mos-

trar que não entendem em que consiste a elegância da língua e a força da eloquência.»

Eis aí está. Caindo assim, como uma bomba, no sono do «Reino da Estupidez», a crítica de Verney dispara em escândalo, abre uma polémica estrepitosa, ergue um turbilhão de berreiro e pó. Estoira em insultos, calúnias, impropérios⁹⁶, ódios, toda a boçalidade da nação... Deixá-lo. A reforma, apesar disso, veio a tentar-se⁹⁷; mas não tão boa como se quisesa: porque a torceu, ou amesquinhou⁹⁸, a estreiteza de espírito do marquês de Pombal, um desses ilusórios «grandes estadistas», de acção mais espectaculara que verdadeiramente benéfica.

[«Este ministro» — diz Ribeiro dos Santos — «quis um impossível político; quis civilizar a Nação e ao mesmo tempo fazê-la escrava; quis espalhar a luz das ciências filosóficas e ao mesmo tempo elevar o poder real ao despotismo; inculcou muito o estudo do Direito Natural e das Gentes e do Direito Público Universal e lhes erigiu cadeiras na Universidade; mas não via que dava luzes aos povos para conhecer por eles que o poder soberano era unicamente estabelecido para bem comum da nação e não do príncipe, e que tinha limites e balizas em que se devia conter.»]

Depois da queda do marquês⁹⁹, adoptou-se um processo que eu creio melhor. Com efeito, fora de aparato, em boa parte¹⁰⁰, a reforma pombalina da Universidade, e a acção dos ministros de D. Maria I aparece aos olhos do pedagogista como mais decisiva e eficaz. Entra-se na época que se caracteriza pelas penções de estudo no estrangeiro e pelo trabalho metódico da Academia, — instituição em que se concretizaram (e bem) as ideias fecundas dos «estrangeirados».

As invasões francesas, infelizmente, vieram perturbar toda esta faina. Mas mais tarde as lutas do Constitucionalismo, promovendo a forçada emigração de grande número de portugueses, levaram alguns a tomar contacto, no estrangeiro, com o verdadeiro espírito da cultura crítica.

Desses emigrados constitucionais, um ocupa neste processo uma posição idêntica à de Verney: Alexandre Herculano. E porquê? Por que é que a publicação da sua *História* é um facto saliente da nossa história? Por que é que levantou tão grande bulha? Por que é que houve, então, uma polémica semelhante à de Verney?

Basta, para responder, que se leia o prefácio da primeira edição daquela *História de Portugal*. Diz aí Herculano:

«Esta primeira tentativa de uma história crítica de Portugal... Não ignoro o risco da situação em que me colloquei. Há muitos para quem os séculos legitimam e santificam todo o género de fábulas, como legitimam e santificam as dinastias nascidas de uma usurpação. Aos olhos destes, as cãs da mentira são também respeitáveis. A crítica, dizem eles, mata a poesia das eras antigas, — como se a poesia de qualquer época estivesse nas patranhas muito posteriormente inventadas. São excelentes talvez as suas intenções; não sei se o mesmo se poderá dizer da sua intelligência... Sei que a ciência da história caminha na Europa com passos ao mesmo tempo firmes e rápidos, e que, se não tivémos o generoso ânimo de dizermos a nós próprios a verdade, os estranhos no-la virão dizer com mais cruel franqueza...»

Creio que se vê claro, por aqui, donde vem o valor preeminente da *História de Portugal* de Alexandre Herculano, e por que é ela própria, por seu turno, um dos grandes acontecimentos da nossa história, como o *Verdadeiro Método de Estudar*. São estes dois livros de diversa índole os dois grandes golpes do ESPÍRITO CRÍTICO na muralha que nos separa da Europa culta desde o fim da época das Navegações. [Estabeleciam eles a solidariedade intrínseca do progresso moral e da verdade científica; e] os furiosos ataques que receberam, os insultos e calúnias que sobre eles caíram, são compreensíveis e naturais, como reacção lógica do ambiente lúrido ao golpe certo desses dois gigantes no ponto essencial de toda a questão, — no que há mais fundo, de raiz, na decadência do Português...

Sabeis o fim que tudo isso levou. Pouco conseguiu Alexandre Herculano com o seu tentame de renovação mental. E tão pouco, que, passados vinte anos sobre a sua *História*, em 65, era indispensável mais outro arranco, e a terceira (não a última) das nossas batalhas culturais: a «questão coimbrã». O grande Antero, nessa polémica, continua a obra de Alexandre Herculano, como este reatara a de Luís Verney, e exprime a revolta da literatura jovem (que queria ser crítica e europeia) contra uma literatura de mera forma, sem profundidade e sem saber, — por causa da qual, aliás, foi injusto e arbitrário atacar o Castilho. «Mas, Ex.^{mo} Senhor, será possível viver sem ideias? Esta é que é a grande questão.» Foi nestes termos, como bem sabem, que Antero de Quental colocou o debate. E quem era ele, Antero de Quental? Um jovem poeta que escrevia disto: «O entusiasmo é bom, porque eleva o espírito; mas a CRÍTICA é melhor ainda, porque o esclarece.»

Os homens que entraram no novo arranco chamaram-se Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, etc., afora uma plêiada de bons eruditos, e deram-nos o período de maior fulgor de toda a litteratura nacional.

Venceu-se, pois, neste novo esforço para a cultura crítica? Ainda não; não se venceu. Olhai o que se passa em torno de vós, e haveis de concordar que se não venceu. Há casos individuais do maior valor; o que é necessário, porém, é sim uma colectiva elevação real do nível de cultura da nossa elite. E vista a generalidade dessa nossa elite¹⁰¹ (o que ela aprecia, o que ela compreende, o que ela faz[, a sua superficialidade, a sua retórica, o seu dogmatismo]) direis que a cultura verdadeira não existe ainda no nosso país, — e que dela está longe, que está longíssimo...

É que, nessas campanhas pela mentalidade crítica que se têm sucedido desde [o] Luís Verney, praticámos o erro que foi tão frequente nas nossas campanhas coloniais. Avançava a coluna de operações; ganhava-se o combate, triunfava a tropa: mas,

vencido o gentio e acabada a guerra, não se desenvolvia metódicamente o trabalho de ocupação do território, numa colonização¹⁰² de todos os dias, sem desfalecer e sem parar. De aí a possibilidade de mais revoltas, e o ser necessário de quando em quando uma nova campanha nas terras de África. Ora bem: na guerra da cultura tem sido assim. Deixámos sempre a possibilidade de um retorno ofensivo da grei selvagem, por isso que não víamos que também neste caso não basta o combate e o fragor das armas, — seja o combatente um Luís Verney, um Alexandre Herculano, um Antero de Quental¹⁰³. Os argumentos de um Herculano, ou de um Verney, convencem a pequeníssima minoria lusa dos homens inteligentes e sabedores, — isto é, dos que não precisam de ser convencidos; e as trapaças soezes dos seus inimigos reforçam a reacção da gente ignara, que vence por fim, mantendo a incultura tradicional. A polémica é necessária para se abrir a faina; mas, por si só, resulta estéril. O que se impõe¹⁰⁴ é o treino metódico, continuado, generalizado, de *grande número* dos nossos jovens nos melhores centros de investigação; [o que cumpre criar é um ensino activo, que fomenta a iniciativa intelectual do aluno;] o que é necessário é que dia a dia (e passo a passo, e ponto a ponto) se vá colonizando¹⁰⁵ sistematicamente, com campos de trabalho¹⁰⁶ e com guarnições [estáveis, isto é], com institutos científicos, [com educação autonomista, com associações cooperativas,] com¹⁰⁷ escolas de ensaio, — o nosso *Reino da Estupidez*.

Por isso, no programa da *Seara Nova*, liminarmente, como base necessária de tudo mais, pedimos uma *Junta de Propulsão*¹⁰⁸ *dos Estudos*, que tenha a seu cargo o desenvolvimento [enérgico] da cultura crítica da mocidade; que dê bolsas de estudo no estrangeiro; que crie institutos de investigação científica onde trabalhem depois os seus bolseiros; que organize o esforço dos nossos mestres e a preparação sistemática do nosso escol. O mais necessário em Portugal é uma boa elite organizadora, elite de saber e de urbanidade, composta de gente de superior cultura, que

saiba resolver-nos os problemas técnicos, libertar o agrícola, continuar um Mouzinho, educar-nos para o uso das liberdades cívicas de maneira pacífica e criadora, sem históricas dramatizações da vida pública¹⁰⁹; e com o fim de formar esse mesmo escol¹¹⁰ é que pedimos uma *Junta de Propulsão*¹¹¹ dos Estudos*.

Entendamo-nos, porém. O verdadeiro alvo que se teria em vista com aquela *Junta de Propulsão*¹¹² dos Estudos não seriam acréscimos no saber, tão-só, ou seja um maior número de verdades novas¹¹³ nos nossos conhecimentos sobre a natureza, ou o aperfeiçoamento das comodidades da vida e dos processos mecânicos da fabricação: seria a elevação e afinamento (consequente] da própria actividade espiritual [do homem]; seria a *Cultura*, para o dizer de um golpe. O que mais vale, na investigação,¹¹⁴ é o trabalho do espírito sobre si mesmo, no esforço contínuo¹¹⁴ de se achar a si (de descobrir o Espírito) no que não é espírito, — ou no que, pelo menos, parece não sê-lo¹¹⁵. Desejamos o treino na investigação científica, mas porque é um treino de educação da psique¹¹⁶. O verdadeiro método do descobrimento pressupõe no homem que se consagra à busca, e para ela vive, — [a atitude crítica, a problemática¹¹⁷,] a sinceridade absoluta para¹¹⁸ consigo próprio, da qual se segue como a noite ao dia (assim diz o Polónio na tragédia do *Hamlet*) a sinceridade para com os outros homens. O melhor resultado da investigação científica, — do «desencovar a verdade não sabida de todos», como diz nos *Colóquios* o Garcia de¹¹⁹ Orta; do «mostrar ao mundo novos mundos», como diz nos *Lusiadas* [o] Luís de Camões, — é a realização de uma [verdadeira] Cultura, da ascensão do intelecto ao nível divino, ao nível da divinização da nossa mente]. Nela, por necessidade, [todos] fazemos o sacrifício constante dos nossos gostos individuais [restritos;

* Claro que o nome nada importa: ou *Junta de Orientação* [(ou de *Propulsão*)] dos Estudos, ou *Junta de Educação Nacional*, ou até, em estilo do século XVIII, *Junta da Providência Literária* E...

nela adquirimos a objectividade, ou seja a dessubjectivação do pensamento próprio]; nela aprendemos a comungar com os outros ¹²⁰ pelo que há de universal dentro de nós; nela nos libertamos do império do hábito, essa materialização do nosso intellecto; nela nos afazemos a ver as coisas *sub specie aeternitatis*; nela aprendemos a ser tolerantes, de amplo horizonte nos nossos gostos, serenos e magnânicos nas relações com os homens; nela conseguimos libertar ¹²¹ o indivíduo das [tolas] limitações da individualidade, do que é unilateral e do que é exclusivo; por ela nos instalamos no Universal, pátria verdadeira dos que são *espírito*; nela exercemos a Disciplina Crítica ¹²², que nos leva à Ideia da Humanidade, ao mais alto senso da Civilização. Nela alargamos a nossa experiência: e a experiência, como ¹²³ vimos [atrás], é «madre das coisas», segundo afirmava o herói da Índia. Repare-se nisto: porque é mais exacta esta frase estranha, e vai mais ao fundo, do que podia pensar o seu próprio autor. A experiência, com efeito, não é a consulta de uma autoridade externa, de um objecto em si, de um sistema de dados heterogéneos com a natureza do pensamento. Não é uma passiva recepção das coisas ¹²⁴, mas [a] *madre* delas: é *criação* da percepção sensível, da Forma científica e do objecto físico ¹²⁵. «Está no pensamento como ideia», usando agora os dizeres do ¹²⁶ Camões; foi no próprio espírito que assumiu o ser ¹²⁷; e dessas ideias que a constituem, são verdadeiras, ou aceitáveis, aquelas que se organizam em sistema lógico [e que o contraste da experimentação não infirmou]. E, por isso que a experiência é «madre das coisas»; por isso que a experiência é criação do objecto, no conhecimento e pelo conhecimento, e que tem por lei o tender para una, [graças a um esforço de dessubjectivação do pensar,] — «soubemos por ela radicalmente a verdade». E por isso a via do saber científico (quando é filosófico) coincide com a marcha da ascensão moral ¹²⁸.

Sim, senhores meus ¹²⁹: abramos trincheira na região do Espírito, convictos de que o ser é actividade pura e libertos da

tiranía da representação sensível, o maior pecado do pensamento humano; não nos esqueçamos de que a natureza, como sistema de percepções ¹³⁰ que se concatenam, depende do pensamento e é dada nele; instalemo-nos assim no dinamismo-espírito, no acto do juízo que constitui o *eu* (fiéis à sede de inteligibilidade ¹³¹, sem o mínimo vestígio de transcendência, sem separação alguma de substância, vendo nas condições do juízo verídico o meio de união com o princípio supremo, Pensamento absoluto e impessoal) — e não haverá perigo de qualquer desgarramento aos objectivos que nós visamos ¹³², ao irmos reatar sob forma nova (para além de três séculos de um viver sem alma, no Reino Cadaveroso da Estupidez) — a faina augusta dos Descobridores.

(Conferência pronunciada em Coimbra em 1926.)

[A 134 (p. 36). Encontra-se essa atitude em Damião de Góis, que a atribui ao infante D. Henrique. Segundo ele, fundava-se este na leitura dos geógrafos antigos 135. «Os verdadeiros autores em que continuadamente estudava» (diz Góis), «crendo o que escreviam como cousas escritas por homens, e assi as cria, e duvidava, como se deve fazer a todas as que dos homens e de seus juízos procedem, nas quaes, com a certeza, está sempre junta a dúvida.» (*Crónica do Príncipe Dom João*, cap. vii.)]

B 136 (p. 37). Para avaliar do que era, ainda no século xvi, a superstição das autoridades antigas, é interessante lembrar as opiniões da carta de Lambin sobre um colega de Garcia de 137 Orta, o naturalista francês Pierre Belon, que, de 1546 a 1549, fez uma viagem ao Próximo Oriente, também, como o nosso Orta, para estudar as drogas. Belon consignou os resultados da sua jornada na obra *Les observations de plusieurs singularitez et choses mémorables, trouvées en Grèce, Asie, Judée, Égypte, Arabie et autres pays étranges*, Paris, 1553. A carta de Lambin sobre Belon, a que nos referimos, foi publicada por H. Portez na *Revue d'histoire littéraire*, 13 (1906), pp. 688-689. Belon não sabe grego nem latim, nota Lambin; *portanto* — conclui ele — releva ler com precaução e discernimento as suas narrativas de viagem; talvez se possa confiar nele para a parte que não respeita à ciência e conhecimento das coisas; naquilo, porém, que ele viu, mas que já foi tratado pelos antigos, cumpre não lhe dar sempre crédito. «Habenda fortasse est Belonio fides in eis quae ad doctrinam et scientiam rerum non pertinent, ut ἐν τοῖς καὶ ἑσχατα quae potest unus perspicere et consequi. In iis vero quae litteris interioribus peti et haurire solent, quae ab antiquitatis graecis ac latinis autoribus tradita sunt (quorum testimonium vetustate commendatur et confirmatur et infirmatur) non semper esse Belonio credendum.»

É talvez interessante o recordar que Descartes, assim como Orta e Galileu, teve também a ideia de contrapor em um *colóquio* o espírito de livre investigação e o autoritarismo dos escolásticos. O diálogo

a que nos referimos ficou incompleto, e intitula-se *Recherche de la vérité par les lumières naturelles*. Foi escrito originariamente em francês; mas o manuscrito original perdeu-se, e ficou só uma tradução latina, de que se não sabe quem seja o autor. Cousin e outros retraduziram a obra para o francês.

Na *Recherche*, o homem dos textos (equivalente ao *Doutor Ruano* do nosso Orta) chama-se *Epistemon*; a personagem de *Eudoxo* corresponde à do *Doutor Orta*; simplesmente, não se trata de drogas nem de ciências naturais no diálogo de Descartes, mas do próprio método da investigação e dos primeiros princípios da filosofia. A certa altura, *Eudoxo* diz o seguinte:

«EUD. Pour cette fois je m'en charge volontiers, mais à la condition que vous» (Poliandro, a terceira personagem do colóquio) «serez juge de notre débat; car je n'ose me promettre qu'Epistemon se rende à mes raisons. Celui qui, comme lui, est plein d'opinions et de préjugés, très-difficilement se confie à la seule lumière de la nature; dès longtemps, en effet, il s'est accoutumé plutôt à céder à l'autorité qu'à prêter l'oreille à la voix de sa propre raison; il aime mieux interroger les autres, peser ce qu'ont écrit les anciens, que se consulter lui-même sur le jugement qu'il doit porter. Et de même que dès l'enfance il a pris pour la raison ce qui ne reposait que sur l'autorité de ses précepteurs, de même il présente maintenant son autorité comme la raison, et il veut se faire payer par les autres le même tribut qu'il a payé autrefois.»

C¹³⁸ (p. 39). À tão citada frase de Hamlet a Horácio:

There are more things in heaven and earth, Horatio,
Than are dreamt of in your vain philosophy.

costuma dar-se uma interpretação de natureza mística, digamos assim]. No entanto, se pensarmos na época em que Shakespeare a escreveu, podemos atribuir-lhe plausivelmente um alcance naturalista, científico, antiescolástico, idêntico ao das palavras de Camões e Duarte Pacheco que acabamos de citar, isto é: descobrem-se mais *coisas* na Terra e no Céu, mais fenómenos da ¹³⁹ natureza, do que sonha a filosofia escolástica. [A interpretação mística só me parecia admissível se o Hamlet e o Shakespeare fossem do século XVIII, — e portanto naturalista, científica, positivista, a filosofia a que eles aludiam.]

[D¹⁴⁰ (p. 49). As palavras de Verney assemelham-se aqui às de Deslandes, da mesma época: «Je puis même dire qu'en fait de physique l'on doit rechercher autant les expériences fines, raisonnées et suivies que systèmes... C'est par des expériences fines, raisonnées et suivies que l'on force la nature à découvrir son secret; toutes les autres méthodes n'ont jamais réussi.» (Deslandes, *Sur la meilleure manière de faire les expériences*, 1736, citado por Mornet, *La pensée française au XVIII^e siècle*, 2.^a ed., p. 88.)]

E¹⁴¹ (p. 55). Fui ministro da Instrução em 1923 [(apesar do meu asco às funções de poder — de poder real ou fictício)] unicamente para fundar a Junta a que me refiro nesta conferência. Publiquei o decreto que a instituía, e ao mesmo tempo apresentei ao Parlamento uma proposta de lei que criava as receitas indispensáveis ao funcionamento da [mesma] Junta. Como o Parlamento, porém, entretido em questões verdadeiramente reles¹⁴², não chegou a discutir a proposta, não nomeei o pessoal que constituiria a Junta (seria inútil), e assim a iniciativa resultou improfícua, ou, antes, apenas profícua como propaganda da ideia].

Depois¹⁴³ a ditadura republicou o meu decreto, introduzindo-lhe modificações que lhe falsificavam¹⁴⁴ completamente a ideia. Ao que me disseram¹⁴⁵, o Prof.¹⁴⁶ Agostinho de Campos, presidente, protestou contra essas modificações no seu discurso de abertura. Não menos falsificaram¹⁴⁷ a ideia determinadas nomeações de pessoal para a Junta, que recaíram em indivíduos de todo indignos de fazerem parte dela, tal como eu a concebi. Assim como ficou¹⁴⁸, a Junta deveria começar por conceder pensões de estudo a alguns dos seus membros e funcionários, a fim de se irem matricular numa boa escola primária do estrangeiro.